

INFORME ZAC

PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM JULGAMENTO SUSPENSO NO STF

No dia 19 de setembro iniciou-se o julgamento no Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) da **ADI 7222** que discute a implementação do piso salarial dos profissionais de enfermagem.

Relator Min. Luís Roberto Barroso votou pela aplicação do piso, condicionada a parâmetros de jornada (40h semanais), proporcionalidade e negociação coletiva, seguindo a mesma linha que já havia defendido anteriormente.

O julgamento foi interronpido, em razão do pedido de vista do **Min. Dias Toffoli**.

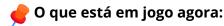




Lembrete sobre o histórico:

- 2022 → STF suspendeu piso para avaliar impactos.
- 2023 (decisão cautelar) → Barroso, em voto conjunto com o Ministro Gilmar Mendes, restabeleceu parcialmente a lei, com parâmetros diferenciados para União, estados/municípios e setor privado.
- Dez/2023 (mérito dos embargos) → Por maioria, prevaleceu o voto de Toffoli:
- Piso para celetistas = negociação coletiva regionalizada;
- X Sem acordo = dissídio coletivo;
- § Piso = remuneração global (não apenas salário-base);
- Troporcionalidade para jornadas < 44h semanais.





O voto do Ministro Barroso reafirmou sua posição anterior, que considerou à época, os **dados informados pela CNTS**, admitida como amicus curiae, que demonstrou a realidade da carga horária da categoria:

- Implementação do piso salarial nacional instituído pela Lei nº 14.434/2022;
 - 40h semanais como referência para piso integral;
 - Prevalência de leis e negociações coletivas;
 - Admitida a redução proporcional do valor do piso em função da carga horária efetivamente cumprida;



🧵 Regras específicas por grupo:

- 😡 🚼 1. Servidores da União
- Aplicação direta da Lei nº 14.434/2022 (piso integral garantido).
- 11 2. Servidores de Estados, DF, Municípios e profissionais de entidades privadas com ≥ 60% SUS
 - Piso devido na medida da assistência financeira da União;
 - Inclui o repasse para encargos legais decorrentes;
 - Se a União não complementar os recursos, não há exigibilidade imediata de pagamento pelos entes locais.



- 👜 3. Profissionais celetistas em geral
 - Piso também regido pela Lei;
 - Mas a implementação deve ser precedida de negociação coletiva entre as partes;
 - Essa negociação é imprescindível e periódica, renovando-se a cada instrumento coletivo;

O Ministro Dias Toffoli, que divergiu no passado, pediu vista e seu posicionamento será determinante.

Com o pedido de vista, o **processo ficará suspenso** até a devolução do voto, momento em que o julgamento será retomado.



Registra-se que a CNTS, apresentou, antes do início da sessão virtual, requerimento dirigido aos ministros do Supremo Tribunal Federal solicitando que o julgamento de mérito da ação ocorra em sessão plenária presencial. A entidade entende que um tema de tamanha relevância não deve ser apreciado em ambiente virtual, uma vez que esse formato restringe o debate e compromete princípios fundamentais, como o devido processo legal, o contraditório e o direito de defesa.

Destaca-se, ainda, que permanece a possibilidade de realização do julgamento em plenário físico, caso algum dos ministros apresente pedido de destaque.

